

[illegible][illegible]

# Provas no Processo Administrativo Disciplinar

# Módulo 1 Processo Disciplinar e Prova Documental

Brasília - 2017

[illegible]

[illegible]

Telephone: (61) 2020 3096 - Fax: (61) 2020 3178

## SUMÁRIO

<b>1. Apresentação .....</b>	<b>5</b>
<b>2. Conceito, finalidades e procedimentos disciplinares .....</b>	<b>6</b>
2.1 <i>Tipos de procedimentos elencados na Portaria nº 335/2006.....</i>	<i>7</i>
<b>3. Servidores públicos que podem ser acusados/sindicados em processos punitivos .....</b>	<b>8</b>
<b>4. Atos e omissões que podem ser apurados por processos punitivos .....</b>	<b>9</b>
4.1 <i>Condutas que podem caracterizar, simultaneamente, crimes e infrações disciplinares.....</i>	<i>9</i>
4.2 <i>Apuração de infração disciplinar, julgamento e aplicação de penalidade disciplinar ao servidor cedido.....</i>	<i>10</i>
<b>5. Princípios orientadores do processo punitivo.....</b>	<b>12</b>
<b>6. Conceitos importantes para a adequada produção de provas em processo punitivo.....</b>	<b>13</b>
<b>7. Conceito e características da prova documental.....</b>	<b>14</b>
<b>8. Documentos originais e documentos em cópias.....</b>	<b>15</b>
<b>9. Parâmetros para avaliação da necessidade de novo interrogatório após a juntada de documento .....</b>	<b>17</b>
<b>10. Efetivação do contraditório da prova documental .....</b>	<b>19</b>
10.1 <i>Questões concretas do contraditório da prova documental.....</i>	<i>20</i>
<b>11. Documentos sigilosos nos procedimentos disciplinares.....</b>	<b>21</b>
<b>12. Como fazer .....</b>	<b>24</b>
<b>Glossário .....</b>	<b>25</b>
<b>Referências bibliográficas .....</b>	<b>26</b>
<b>Material Complementar .....</b>	<b>26</b>



[illegible]

# Enap

[illegible]

- ## 1. Apresentação

O curso tem por objetivo atender à demanda apresentada pelos Órgãos e Entidades do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal - SisCor-PEF quanto à complementação da capacitação presencial em PAD, a fim de minimizar a necessidade de instauração de novas comissões por nulidade processual. Para isso, o conteúdo do curso foi estruturado em 4 módulos, a saber:

- No módulo 1, você conhecerá os tipos de processos disciplinares e os seus procedimentos, além do conceito e características da prova documental.

No módulo 2, você entenderá os conceitos, características e finalidades das Provas Testemunhal e Pericial.

No módulo 3, conheceremos o significado e as características das Diligências; veremos também a definição e finalidade da prova emprestada.

Por fim, no módulo de encerramento, você terá a oportunidade de fazer a avaliação de satisfação do curso e obter a sua certificação, caso seja aprovado.

Desejamos a você um ótimo curso!

## 2. Conceito, finalidades e procedimentos disciplinares

Antes de iniciarmos gostaríamos de perguntar: O que você entende por Processo Administrativo Disciplinar (PAD) e para que serve sua instauração? Então, é por meio de um processo administrativo disciplinar que a Administração Pública procede à apuração de fatos supostamente irregulares que tenham ocorrido, bem como de eventuais condutas de servidores contrárias aos deveres e proibições que constam, principalmente, em lei, como a Lei nº 8.112/90. No processo administrativo disciplinar busca-se a verdade real, ou seja, o que realmente teria acontecido. Para tanto, deve a comissão produzir provas, de ofício ou mediante provocação. E o curso que estamos iniciando agora vai tratar das principais provas e o modo de produzi-las no processo administrativo disciplinar.

O processo administrativo disciplinar busca:

- Esclarecer os fatos inicialmente caracterizados como infrações disciplinares;
- Inibir o descumprimento dos deveres e das obrigações a que se submetem os servidores públicos federais; e
- Garantir aos servidores oportunidade para apresentarem justificativas antes da eventual aplicação de penalidade disciplinar.

Sobre o assunto, o Departamento Administrativo do Serviço Público (Dasp)<sup>1</sup> elaborou a Formulação 215: “O inquérito administrativo não visa apenas a apurar infrações, mas também oferecer oportunidade de defesa.”

A Advocacia-Geral da União (AGU) se manifestou sobre o assunto por meio do Parecer GQ 98: “(...) à investigação [disciplinar] se procede com o objetivo exclusivo de precisar a verdade dos fatos, sem a preocupação de incriminar ou exculpar indevidamente o servidor”.

A Lei nº 8.112/90 estabeleceu que a apuração de infrações disciplinares pode ocorrer por meio de dois tipos de procedimentos: o Processo Administrativo Disciplinar (PAD) e a Sindicância. Para o PAD foram criados dois “ritos”, o ordinário e o sumário, veja na imagem abaixo.

1. O Dasp foi criado pelo Decreto-Lei nº 579, de 30/07/1938, funcionando como órgão central do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal (Siprec). A partir de 1971, o Departamento editou uma série de enunciados para interpretação da legislação de pessoal.









- Abuso de autoridade, previstos na [Lei n.º 4.898/65](#);
- Crimes contra a Licitação de que trata a [Lei n.º 8.666/93](#);
- Crimes resultantes de discriminação e de preconceito definidos na [Lei n.º 7.716/89](#)), e;
- Crime de tortura, [Lei n.º 9.455/97](#).

Se um mesmo fato configurar crime e irregularidade disciplinar, a penalidade disciplinar deverá ser apurada via Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicância Punitiva, e o crime será apurado via Ação Judicial. Se for o caso, o servidor, além de sofrer a pena aplicada pela administração, ainda sofrerá a medida apontada pelo juiz, como prisão ou outra pena aplicável.



## SAIBA MAIS

Nos crimes praticados com abuso de poder ou violação de dever para com a Administração Pública, se a pena aplicada ao servidor for a privação da liberdade por tempo igual ou superior a um ano, um dos efeitos dessa condenação é a perda do cargo, função pública ou mandato eletivo (art. 92, inciso I, alínea 'a', do Código Penal).

Mas os efeitos de que trata o artigo 92 do Código Penal não são automáticos, devendo estar expressos na sentença, e somente se efetivam após o trânsito em julgado.

Caso haja condenação com aplicação de pena de privação da liberdade por crime que não tenha conexão com a sua função pública, duas hipóteses de penalização podem ocorrer:

- a) se a pena imputada for por tempo inferior a quatro anos, o servidor ficará afastado de seu cargo ou função, não receberá o seu vencimento, sendo devido a seus familiares o auxílio-reclusão, conforme dispõe o artigo 229 da Lei nº 8.112/90;
- b) se a pena for superior a quatro anos, o servidor perderá o cargo, a função pública ou o mandato eletivo (art. 92, inciso I, alínea 'b', do Código Penal).

## 4.2 Apuração de infração disciplinar, julgamento e aplicação de penalidade disciplinar ao servidor cedido

Regra geral, a infração disciplinar deve ser apurada pelo mesmo órgão no qual foi realizada. Dessa forma, infração disciplinar realizada por servidor cedido deve ser apurada por comissão constituída por autoridade do órgão cessionário, e não por autoridade do órgão cedente. Tal regra tem apoio no artigo 143 da [Lei nº 8.112/90](#), o qual dispõe que a autoridade que tiver conhecimento do fato deve determinar sua apuração.

Já o julgamento e a aplicação de penalidade disciplinar devem ser realizados pela autoridade do órgão cedente, uma vez que o servidor está vinculado hierarquicamente a ele, nos termos da Nota-Decor/CGU/AGU nº 16/2008-NMS.



# Enap

[illegible]



## Contraditório

O princípio orienta a comissão a dar oportunidade ao acusado para produzir e se opor às provas produzidas pela comissão, isto é, apresentar contraprova. Por exemplo, na produção de prova pericial, o contraditório ocorre antes de sua produção, uma vez que o acusado ou o sindicato pode apresentar quesitos; ocorre, também, após sua produção, momento em que o acusado ou o sindicato pode se contrapor ao laudo pericial.

O acesso aos autos é franqueado ao acusado ou ao sindicado e ao seu advogado, a qualquer momento, preferencialmente mediante agendamento prévio com a comissão. À medida que provas importantes forem produzidas (laudos periciais, por exemplo), a comissão deve encaminhar cópia dos documentos ao acusado ou ao sindicado, independentemente de o mesmo as solicitar.

Caso se trate de provas documentais, não é necessário dar conhecimento ao acusado assim que um documento for juntado aos autos; podem ser encaminhadas cópias dos documentos mais relevantes ou encaminhá-las em blocos, à medida que a comissão julgue conveniente dar conhecimento ao acusado.

De qualquer modo, o acusado ou o sindicado tem direito a uma cópia integral dos autos, a qual pode ser fornecida em papel ou em mídia eletrônica (CD ou DVD), na qual o processo, após escaneamento, é gravado. Não é obrigatório dar uma cópia ao advogado quando o acusado ou o sindicado já a detiver, e vice-versa.

Tratando-se de prova testemunhal, a comissão deve notificar o acusado da realização da oitiva com 3 dias úteis de antecedência, conforme previsto no § 2º do artigo 26 da [Lei nº 9.784/99](#), a fim de que ele possa dela participar, acompanhado ou não de advogado.

Durante a realização da oitiva, deve ser permitido ao acusado fazer perguntas à testemunha por intermédio do presidente da comissão, bem como alegar eventual impedimento ou suspeição.

*Observar o contraditório e a ampla defesa também implica produzir as provas que o acusado sugerir, indeferindo-as somente se não puderem contribuir para o esclarecimento dos fatos que estiverem sendo apurados.*

## 6. Conceitos importantes para a adequada produção de provas em processo punitivo

Ao longo deste curso, serão discutidas as regras para produção dos principais tipos de provas em processo punitivo. Tais provas são produzidas em uma subfase específica do processo punitivo denominada instrução, nos termos do artigo 151 da Lei nº 8.112/90. Na imagem abaixo você pode verificar as fases do processo disciplinar:

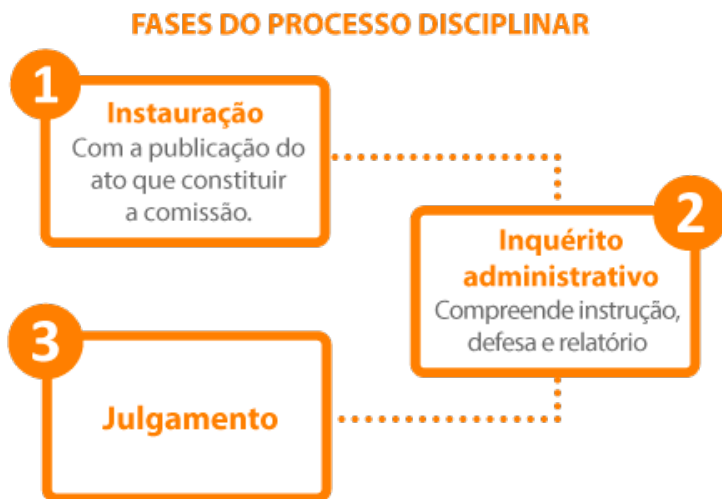


Imagem 2: Fases do processo disciplinar.

Fonte: Elaboração Enap

É na instrução que são produzidas as provas em processo disciplinar.

Ao final dessa subfase ocorrerá o indiciamento do acusado ou sindicado, caso a comissão entenda que reuniu provas de materialidade e de autoria de infração disciplinar.

A comissão comunica-se com o acusado ou o sindicado com diferentes finalidades, as quais recebem diferentes denominações:

- Notificação prévia: comunica que o servidor é acusado em processo punitivo;
- Notificação: convoca acusado e advogado para participar de algum ato processual;
- Intimação: convoca testemunha para depoimento ou acusado para interrogatório; ou
- Citação: informa o acusado da abertura de prazo para apresentação de Defesa.

*A intimação também é o termo utilizado para convocar terceiros a participarem do processo, sejam ou não servidores públicos federais.*

Por fim, é importante destacar que em processos punitivos não são admitidas provas ilícitas, isto é, que violem direitos fundamentais para sua produção. Dessa forma, não é permitido juntar ao processo gravação de conversa ao telefone obtida sem autorização judicial. No entanto, poderá a comissão, sem autorização judicial, obter dados telefônicos do ramal utilizado pelo servidor, ou seja, o registro dos números telefônicos contatados e a duração das chamadas, uma vez que se tratam de dados não protegidos pelo sigilo de que trata o inciso XII do artigo 5º da Constituição federal de 1988.

## 7. Conceito e características da prova documental

A prova documental é muito utilizada nos processos disciplinares, devido à própria natureza dos atos praticados na Administração Pública.

Normalmente os atos administrativos se materializam como documentos que vão compor um processo administrativo (não necessariamente disciplinar) e que, no futuro, caso haja

indícios de ocorrência de uma irregularidade, podem ser juntados aos autos dos processos disciplinares.

*Todo e qualquer elemento que se materialize num documento, público ou privado, que seja capaz de representar um fato é uma PROVA DOCUMENTAL.*

São provas documentais: as cópias de processos e os processos originais anexados, os escritos, os impressos, as anotações, as certidões, as cópias de jornais e periódicos, as notícias veiculadas na web (e impressas), as folhas de frequência, as fotografias, as microfilmagens, os extratos de bancos de dados, as cartas, os livros comerciais, entre outros inúmeros exemplos.

Via de regra, a prova documental não foi produzida PARA o processo; ela já existia (em algum outro processo; em arquivos de jornais, por exemplo) e apenas foi trazida para o processo disciplinar, na sua forma original ou por cópia. É o que se convencionou denominar “prova pré-constituída”. As exceções são os documentos que são constituídos dentro do próprio processo punitivo, como a notificação, por exemplo.

## 8. Documentos originais e documentos em cópias

Para os processos disciplinares, a cópia e o original são equivalentes, em termos de valor no exame do conjunto probatório, a não ser nos casos em que a dúvida é exatamente sobre ser ou não autêntico o documento. Assim, não é obrigatória a juntada dos documentos originais aos autos. Ao contrário, o mais comum tem sido a juntada de cópias.

É assim também no Direito Processual Civil. Durante algum tempo tal questão suscitou dúvida, pois o Código de Processo Civil de 1973, em seu artigo 385, reproduzido no artigo 424 do novo Código de Processo Civil, indicava a necessidade de certificação, de autenticação da cópia, para que esta tivesse o mesmo valor que o original.



*Código de Processo Civil de 1973*

*Art. 385/CPC. A cópia de documento particular tem o mesmo valor probante que o original, cabendo ao escrivão, intimadas as partes, proceder à conferência e certificar a conformidade entre a cópia e o original.*

## Novo Código de Processo Civil

*Art. 424. A cópia de documento particular tem o mesmo valor probante que o original, cabendo ao escrivão, intimadas as partes, proceder à conferência e certificar a conformidade entre a cópia e o original.*





.....





*impetrante do concurso público para o ingresso nas atividades notariais e de registro do Estado do Acre, com arrimo na alínea “e” do item 10.1.2 do Edital n. 1/2006 (apresentação de certidão positiva do Distribuidor Cível do Estado do Rio de Janeiro).*

2. O ato coator é consubstanciado na exclusão do recorrente do concurso público por não comprovação de requisito constante do edital, sendo certo que essa exclusão está devidamente comprovada através de comunicação eletrônica (e-mail) recebida, pelo recorrente, em sua caixa de correio eletrônico. Deveras, esse documento tem a propriedade de comprovar o ato coator e as consequências que dele derivam, o que torna despcienda a juntada do edital. Logo, ressoa inequívoco que o writ of mandamus está guarnecido de prova pré-constituída.

(...)

*5. Recurso ordinário provido, para conceder a segurança.*

*(RMS 29.073/AC, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, julgado em 25/05/2010, DJe 28/06/2010).*

.....

Para sua correta utilização, ainda que se trate de uma correspondência eletrônica, deve o e-mail ser impresso e juntado aos autos do processo.

Todas as provas produzidas no processo transformam-se em uma espécie de documento. Os depoimentos (provas orais) viram termos; as perícias (provas periciais) geram laudos. Entretanto, os exemplos citados não são provas documentais em sua essência, uma vez que foram produzidos para o processo, e não apenas a ele juntados.

### Prazo para a Juntada de Documentos

A comissão e a defesa podem juntar documentos a QUALQUER TEMPO do processo disciplinar. Algumas comissões estabelecem um prazo para a juntada de documentos por parte da defesa, porém ele é meramente indicativo. A defesa pode solicitar a juntada de documentos mesmo depois do prazo.

No caso de já ter ocorrido o interrogatório, a comissão deverá avaliar se será necessário refazê-lo, uma vez que o interrogatório deve ser o último ato da instrução probatória, em regra. A mesma avaliação deverá ser feita sempre que ocorrer a produção de qualquer prova após o interrogatório do acusado.

## 9. Parâmetros para avaliação da necessidade de novo interrogatório após a juntada de documento

A situação varia de acordo com os elementos constantes do novo documento ou da produção da nova prova. Caso a comissão já tenha realizado o interrogatório e decida por juntar um novo documento após isso, deverá avaliar se esse documento traz elementos favoráveis ou desfavoráveis para a defesa. Isso porque a jurisprudência do STJ tem se firmado no sentido de que não há nulidade no PAD se não houver prejuízo à defesa (princípio *pas de nullité sans grief*). Nesse sentido:



ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. PROCESSO ADMINISTRATIVO-DISCIPLINAR. VIOLAÇÃO DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA NÃO VERIFICADA. AUSÊNCIA DE PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA.

*1. Trata-se de demissão da recorrente, após regular processo administrativo, em função de afirmado desvio de numerários na Contadoria da Comarca de Fundão por meio de fraudes que acarretaram o não recolhimento aos cofres públicos de importâncias derivadas do ITCD.*

2. O processo administrativo disciplinar observou o contraditório e a ampla defesa. A parte foi intimada dos atos processuais e teve oportunidade de se manifestar sobre a fundamentação que conduziu à sua demissão.

3. *Inexiste nulidade sem prejuízo. Se é assim no processo penal, com maior razão no âmbito administrativo. A recorrente teve acesso aos autos do processo administrativo disciplinar, amplo conhecimento dos fatos investigados, produziu as provas pertinentes e ofereceu defesa escrita, o que afasta qualquer alegação relativa à ofensa ao devido processo legal e à ampla defesa. Eventual nulidade no processo administrativo exige a respectiva comprovação do prejuízo sofrido, hipótese não configurada na espécie, sendo, pois, aplicável o princípio pas de nullité sans grief.*

4. Nos termos da Súmula Vinculante 5/STF, a falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo não ofende a Constituição Federal, desde que seja concedida a oportunidade de ser efetivado o contraditório e a ampla defesa, como no caso.

5. Ausência de argumentação que desabone os atos da Comissão Processante. Não houve indício de fato que conduzisse a decisão imparcial ou atécnica tomada contra a recorrente.

6. O Termo de Indiciamento e o Relatório Final da Comissão Processante foram suficientemente fundamentados, com base nas provas produzidas nos autos.

*7. Recurso Ordinário não provido.*

*(RMS 32.849/ES, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 26/04/2011, DJe 20/05/2011).*

Dessa forma, a avaliação da juntada do documento após o interrogatório segue o mesmo raciocínio: se for potencialmente prejudicial, deve ser refeito o interrogatório, vez que este deveria ser o último ato da defesa. Se for benéfico, não necessariamente se imporá seu refazimento. Logo, três (3) situações podem se materializar:

**Documento com elementos desfavoráveis à defesa:**

Se for juntado um novo documento (ou produzida uma nova prova) após já ter sido ouvido o acusado, DEVERÁ ser feito um NOVO interrogatório quando o documento juntado contiver elementos que auxiliem na comprovação da responsabilidade do servidor ou agravem sua conduta.

**Documento com elementos favoráveis à defesa:**

Quando o documento só trouxer informações que possam afastar a responsabilidade do acusado (por exemplo, cópia da decisão judicial que absolveu o acusado pelo mesmo fato) ou atenuar sua conduta (cópia de um prêmio recebido por bons préstimos realizados junto à Administração), ele DEVERÁ ser considerado pela comissão na formação de seu juízo de valor (isto é, por ocasião da indicição, aquele elemento deverá ser expressamente avaliado), porém não será necessário um novo interrogatório. A comissão deverá efetivamente avaliar o documento trazido após o interrogatório. Significa dizer que, caso concorde com o ali descrito, deverá verificar qual efeito isso terá para a indicição:

a) se afastará por completo a conduta irregular que seria atribuída ao acusado, hipótese em que não se deve proceder à indicição, mas fazer um relatório final e solicitar o arquivamento dos autos;

b) se afastará em parte a conduta irregular que seria atribuída ao acusado, devendo então proceder à indicição e expressamente avaliar qual será a irregularidade atribuída após aquela circunstância trazida pelo documento (o documento pode, por exemplo, deixar claro que o servidor incorreu em erro, o que, em regra, lhe retiraria do rol das irregularidades puníveis com demissão).

**Documento com elementos favoráveis e desfavoráveis ao acusado:**

Caso o documento traga elementos em ambos os sentidos, recomenda-se colher um NOVO interrogatório, visando a privilegiar a ampla defesa e o contraditório.

Se a comissão, em qualquer das hipóteses, resolver simplesmente refazer o interrogatório após a juntada do documento ou a produção de uma nova prova, NÃO haverá prejuízo. Portanto, na dúvida, é o que deve ser feito.



# DICA

**Na dúvida: perca tempo, mas não perca o processo!**

**Se o documento trazer elementos que gerem dúvida, se positivos ou negativos para o(s) acusado(s), repita o(s) interrogatório(s)! Você perderá tempo (mais ou menos meio período por acusado), mas seu processo não será anulado por ofensa aos princípios da ampla defesa e do contraditório.**

## 10. Efetivação do contraditório da prova documental

Como já vimos, o contraditório e a ampla defesa são os princípios mais importantes dos processos disciplinares punitivos – PAD e Sindicância Punitiva. A inobservância deles pode gerar a nulidade do processo. Esses princípios estão intimamente ligados à produção da prova, e é a prova que refletirá a forma como o fato tido como irregular foi praticado e a quem se pode atribuir a responsabilidade por isso.

O contraditório é o conhecimento que se dá à defesa (aqui compreendida tanto na figura do próprio acusado como do seu procurador regularmente constituído) sobre a prova que foi produzida, para que o acusado possa, livre e amplamente, exercer seu direito de se defender,

produzindo a contraprova ao que lhe foi apresentado. Por isso a dificuldade em se falar em ampla defesa em um processo que não tenha possibilitado o contraditório, estando ambos os princípios intrinsecamente unidos.

A comissão deve, a todo o momento, se preocupar em levar ao conhecimento do acusado o que está sendo produzido no processo. A depender da natureza da prova, o acusado deve ser previamente comunicado para auxiliar na sua produção. Em outros, a comunicação ao acusado será feita após a produção da prova, devendo ocorrer apenas o contraditório posterior.

Nessa última hipótese, enquadra-se a prova documental. Como a mesma já existe, o contraditório será efetivado apenas após sua juntada aos autos. Dessa forma, a defesa deverá ser notificada de que os documentos foram juntados. É desnecessário notificá-la de que, por exemplo, a comissão enviará um Ofício ao Tribunal de Contas da União para que este lhe encaminhe cópia do processo que tramita naquela corte, relativo aos mesmos fatos investigados disciplinarmente. Por outro lado, é imprescindível que o acusado seja notificado da juntada da cópia solicitada ao processo disciplinar.



# IMPORTANTE

O contraditório NÃO precisa ser efetivado sequencialmente à juntada dos documentos. A comissão pode aguardar a juntada de um número maior de documentos para cientificar a defesa de tudo que foi juntado, em uma única notificação. É o que se convencionou denominar “notificação em bloco”. Mas deve fazê-lo antes da indicição. Caso a defesa tenha vista do processo, não é necessária a notificação dos documentos juntados antes da vista, vez que poderá examiná-los no local.

### 10.1 Questões concretas do contraditório da prova documental

**Documento juntado pela defesa:**

A defesa não será notificada dos documentos por si mesma juntados, por já ter conhecimento prévio. Mas a defesa de um acusado deverá ser notificada dos documentos juntados por outros acusados.

**Defesa que acompanha o processo disciplinar rotineiramente:**

Se a defesa (aqui considerada o acusado ou seu procurador) estiver em constante acompanhamento do processo, tendo vista dos autos, solicitando cópias, etc., poderá ser dispensada a notificação. A vista do processo pela defesa SUPRE a notificação para dar ciência da juntada de documentos.

**Entrega de cópia do processo em meio digital:**

Equivale à entrega de cópias xerográficas do processo. Muitas comissões têm adotado essa forma, por questões de economicidade e praticidade. O processo digitalizado é encaminhado para a defesa por um notificação da comissão com CD ou DVD anexado, possibilitando-lhe acesso pleno aos autos. As atualizações podem ser encaminhadas em bloco e novamente encaminhadas via notificação com CD ou DVD.



### Pagamento das Cópias Solicitadas pela Defesa

Por cautela, a comissão apenas retirará as cópias após a apresentação da GRU.



## 11. Documentos sigilosos nos procedimentos disciplinares.

Logo, sendo o PAD e a Sindicância instrumentos de apuração de irregularidades ocorridas na Administração, eles têm caráter sigiloso durante a sua tramitação. Nos termos do citado dispositivo, tal sigilo justifica-se para não atrapalhar a investigação do fato e no interesse da Administração.

O interesse da Administração ocorre:

a) Pela própria apuração da irregularidade em si (o que se confundiria com a primeira parte do artigo 150 citado), pois a quebra do sigilo pode dificultar ou contaminar a colheita da prova, vez que o acusado poderia atuar para adulterá-la ou extraviá-la. Essa contaminação não anula a prova colhida, mas pode torná-la menos confiável;

b) Para não macular a honra de um servidor cuja conduta ainda está em apuração.



# IMPORTANTE

O sigilo aqui tratado diz respeito à não publicidade para terceiros, não interessados no PAD. Para o acusado, o sigilo não existe, via de regra, vez que o direito à defesa lhe deve ser assegurado de forma ampla.

Atenção!! O denunciante não é interessado no processo disciplinar, ou seja, não tem interesse jurídico no processo, razão pela qual não terá acesso aos autos.

Assim preconiza o Enunciado CGU n.º 14 de 31 de maio de 2016 (Publicado no DOU de 01/06/2016, Seção I, página 48):

## RESTRIÇÃO DE ACESSO DOS PROCEDIMENTOS DISCIPLINARES

Os procedimentos disciplinares têm acesso restrito para terceiros até o julgamento, nos termos do art. 7º, parágrafo 3º, da Lei nº 12.527/2011, regulamentado pelo art. 20, caput, do Decreto nº 7.724/2012, sem prejuízo das demais hipóteses legais sobre informações sigilosas.

A regra de publicidade para o acusado e seu procurador decorre da ampla defesa, mas comporta exceções. Isso porque, em um processo com vários acusados, podem ser juntados documentos sigilosos aos autos do processo, aos quais a defesa só terá acesso quando forem próprios do acusado a que se refere. Os mais comuns seriam as declarações fiscais e os extratos bancários. O sigilo fiscal e o sigilo bancário, a princípio, são invioláveis, mas podem ser compartilhados com a comissão de PAD se atendidos os requisitos legais, previstos, respectivamente, nas Leis Complementares nº 104 e nº 105, ambas de 10 de janeiro de 2001.



*Lei Complementar nº 104/2001, em alteração procedida no artigo 198 do CTN:*

*Art.198. Sem prejuízo do disposto na legislação criminal, é vedada a divulgação, por parte da Fazenda Pública ou de seus servidores, de informação obtida em razão do ofício sobre a situação econômica ou financeira do sujeito passivo ou de terceiros e sobre a natureza e o estado de seus negócios ou atividades. (NR)*

*§ 1º Excetuam-se do disposto neste artigo, além dos casos previstos no art. 199, os seguintes: (NR)*

*I - requisição de autoridade judiciária no interesse da justiça;*



*II - solicitações de autoridade administrativa no interesse da Administração Pública, desde que seja comprovada a instauração regular de processo administrativo, no órgão ou na entidade respectiva, com o objetivo de investigar o sujeito passivo a que se refere a informação, por prática de infração administrativa.*

*§ 2º O intercâmbio de informação sigilosa, no âmbito da Administração Pública, será realizado mediante processo regularmente instaurado, e a entrega será feita pessoalmente à autoridade solicitante, mediante recibo, que formalize a transferência e assegure a preservação do sigilo.*

**Lei Complementar nº 105/2001:**

*Art. 3º Serão prestadas pelo Banco Central do Brasil, pela Comissão de Valores Mobiliários e pelas instituições financeiras as informações ordenadas pelo Poder Judiciário, preservado o seu caráter sigiloso mediante acesso restrito às partes, que delas não poderão servir-se para fins estranhos à lide.*

*§ 1º Dependem de prévia autorização do Poder Judiciário a prestação de informações e o fornecimento de documentos sigilosos solicitados por comissão de inquérito administrativo destinada a apurar responsabilidade de servidor público por infração praticada no exercício de suas atribuições, ou que tenha relação com as atribuições do cargo em que se encontre investido.*

*§ 2º Nas hipóteses do § 1º, o requerimento de quebra de sigilo independe da existência de processo judicial em curso.*

.....

Em linhas gerais, pode haver a juntada desses documentos aos autos disciplinares, mas isso exige um rito próprio. Para o sigilo fiscal, deve haver o PAD/Sindicância instaurado para que a comissão encaminhe a solicitação dos dados à Receita Federal do Brasil, via autoridade instauradora. No caso do sigilo bancário, todavia, deverá ser feita uma solicitação da comissão ao Poder Judiciário, via representante judicial - AGU, para que lhe possam ser repassados os dados do sigilo bancário do acusado.

Assim, a comissão pode juntar aos autos documentos que têm uma natureza sigilosa diretamente especificada em lei. Se houver apenas um acusado no PAD, a juntada de documentos sigilosos não gerará maiores problemas, vez que este terá amplo acesso a toda a prova produzida no processo. O problema nasce quando há mais de um acusado no PAD e são juntados documentos sigilosos relativos a cada um deles. Nesse caso, a comissão deve ter o cuidado de juntar os documentos sigilosos em anexos individualizados (um anexo para cada acusado com dados sigilosos). Quando der vista ou tirar cópia dos autos para entregar à defesa, a comissão deverá ter o cuidado de fazê-lo apenas com os dados do solicitante.

Por exemplo, se tivermos um processo com 3 acusados (A, B e C), cujos dados sigilosos sejam necessários, teremos o volume principal e 3 anexos individualizados. Se a defesa de A solicitar vista/cópia do processo, ela terá vista apenas do volume principal mais anexo individualizado de A. O mesmo ocorrerá com B e C. Acompanhe o gráfico abaixo:

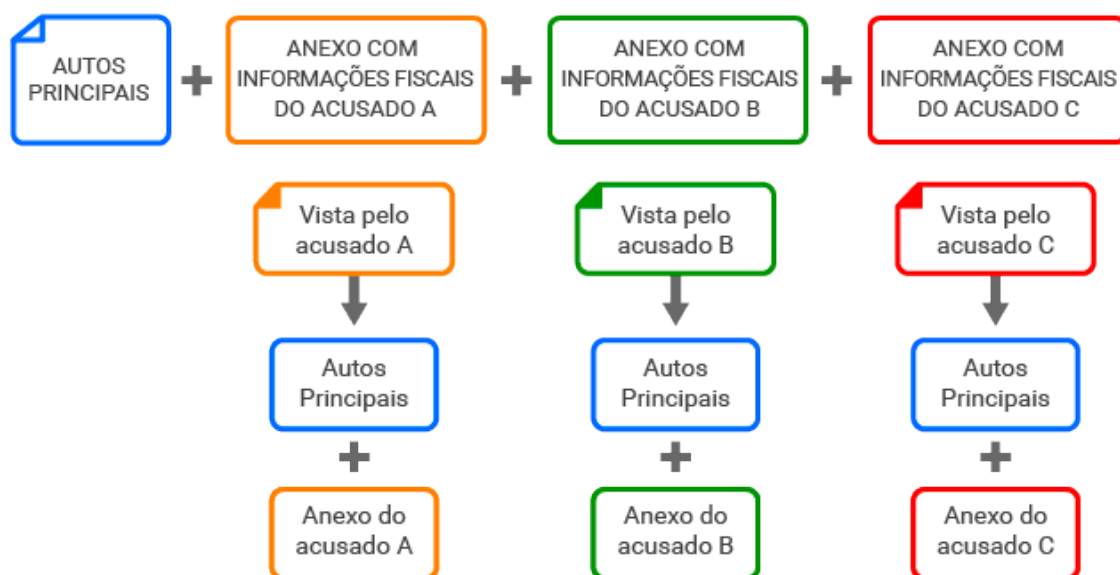


Gráfico 1: Exemplo de Processo.

Fonte: Elaboração Enap

Anoto-se que, após o julgamento, nasce o interesse da sociedade em verificar se a apuração ocorreu de forma regular, quando então o PAD deixa de ser sigiloso. Todavia, as informações constantes dos anexos continuam sigilosas, pelo que deverão ser destacadas dos autos principais e arquivadas.

## 12. Como fazer

Você sabe qual é o procedimento a ser adotado pela comissão para a juntada de provas documentais aos autos do processo administrativo disciplinar? Vamos ver!

1º. Ir ao órgão ou à unidade que detenha o processo com os documentos e selecionar aqueles cuja juntada ao PAD/Sindicância seja importante. Caso a comissão já saiba de antemão que documentos são necessários, esse passo pode não ocorrer;

2º. Encaminhar um ofício/memorando ao órgão ou à unidade que detenha o documento, solicitando o original ou a cópia, dependendo do que seja necessário provar (via de regra, a cópia basta);

3º. Juntar os documentos ao processo via termo de juntada ou despacho do presidente da comissão (“Junte-se”). Junte os documentos sigilosos em anexos individuais, caso haja mais de um acusado (um para cada acusado);

4º. Notificar a defesa acerca dos documentos que foram juntados. Não se esquecer de que essa notificação pode ser feita em bloco (vários documentos de uma vez só) ou mesmo não ser realizada, caso a defesa tenha tido vista dos documentos juntados. É importante, nesse caso, ter um termo de vista assinado pela defesa, registrando-se que foi aberto o devido contraditório.

Preste atenção:

- Junte apenas os documentos necessários ao processo.
- Lembre-se de dar o contraditório dos documentos caso a defesa não esteja acompanhando (com vistas) regularmente o processo.



- A notificação para efetivar o contraditório pode ser em bloco.
- Cuidado no trato dos documentos sigilosos: caso haja mais de um acusado no seu processo, separe as informações sigilosas em apensos individuais (uma para cada acusado). Ao dar vista, faça-o de forma que cada acusado tenha acesso a todo o processo principal acrescido do seu anexo individual, menos as informações sigilosas dos demais.
- Documentos juntados após o interrogatório não impõem o refazimento deste, mas pode ser uma medida necessária.

E lembre-se de que, na dúvida, perca tempo, mas não perca o processo. Bom, chegamos ao final do módulo 1 do nosso curso. Aqui conhecemos um pouco sobre Processo Disciplinar e Prova Documental. Quero lembrá-lo de realizar o exercício avaliativo deste módulo, assim o conteúdo fixa um pouco mais. No próximo módulo, discutiremos sobre Prova Testemunhal e Pericial. Até lá!

## Glossário

## Glossário Padrão

Verbetes	Palavra associada	Definição / Significado
Exculpar		Reconhecer a ausência de culpa de alguém.
Incriminar		Acusar.
Inassiduidade		Falta de presença e constância em um lugar; infrequente.
Acusado		Termo utilizado na Lei nº 8.112/90, para fazer referência ao servidor contra o qual existem apenas indícios do cometimento de infração disciplinar a serem comprovados na fase de instrução do processo disciplinar.
Indiciado		Termo utilizado na lei nº 8.112/90, para fazer referência ao servidor contra o qual foi formalizada a acusação no Termo de Indiciamento.
Dolo		Consciência e vontade na realização de ato contrário à legislação.
Culpa		Ausência de intenção ou vontade de produzir o ato contrário à legislação. A infração ocorre por imprudência, imperícia ou negligência do agente.
Materialidade		Exteriorização do fato.
Procedimento inquisitorial		Processo investigativo, sem aplicação de penalidades ao seu término.
Órgão cedente		Órgão que cede seu servidor a outro órgão.
Órgão cessionário		Órgão que recebe o servidor de outro órgão.
Veracidade		Qualidade do que é verdadeiro.
Inviolável		O que não se pode ou não se deve violar ou desrespeitar.

